

As Universidades Estaduais do Paraná e os Cursos de Graduação em Serviço Social: uma análise de suas trajetórias e trabalho docente

The state universities of Paraná and undergraduate courses in social work: an analysis of their social trajectories and their teaching staff

Luciane Francielli Zorzetti Maroneze*
Sandra Lourenço de Andrade Fortuna**

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar um panorama geral como subsídio para leitura e reconhecimento das características dos cursos de Serviço Social das Universidades Estaduais do Paraná. A proposta é identificar algumas particularidades dos cursos, evidenciando, na composição do quadro docente, a titulação e o regime de trabalho. A coleta de dados ocorreu nos anos de 2020 e 2021, por meio de pesquisa documental disponível em consulta *on-line* nos sites das universidades, e pesquisa de campo, com a solicitação de informações obtidas juntos aos coordenadores de cursos. Os resultados desta pesquisa apontam que a apreensão das particularidades dos cursos de Serviço Social implica uma aproximação acerca da constituição histórica das universidades às quais os cursos estão vinculados. Revela, também, que no Paraná, especialmente no atual governo, a acentuada precarização dos vínculos de trabalho tem apontado índices cada vez mais preocupantes, reverberando na formação acadêmico-profissional.

Palavras-chave: Universidades Estaduais; Serviço Social; Trabalho Docente.

Abstract: The objective of this article is to provide a general overview as a basis for reading and recognizing the characteristics of Social Work careers in the state universities of Paraná. The proposal is to identify some particularities of the courses, highlighting, in the composition of the teaching staff, the title and work regime. Data collection took place in 2020 and 2021 and was carried

* Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina- UEL. Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá-UEM. Assistente Social pela UEL. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, Apucarana. E-mail: .lucianemaroneze@gmail.com.

** Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2008). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Graduada em Serviço Social - Instituição Toledo de Ensino (1994). Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina do Curso de Departamento de Serviço Social e Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política social. E-mail: sanlou@uel.br.



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

out through documentary research, available online on the universities websites, and field research, with a request for information obtained from course coordinators. The results of this research indicate that understanding the particularities of Social Service careers implies an approach to the historical constitution of the universities, to which the careers are linked. It also reveals that in Paraná, especially under the current government, the marked precariousness of labor relations has led to increasingly worrying rates, impacting academic-professional training.

Keywords: state universities; social work; teaching work.

Recebido em: 24/11/2023. Aceito em: 02/02/2024

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto das reflexões e análises realizadas durante a pesquisa de doutoramento desenvolvida entre os anos de 2019 e 2022, a qual teve como objetivo analisar a dimensão investigativa na formação profissional a partir de sua inscrição nos cursos¹ de graduação em Serviço Social nas universidades estaduais do Paraná. Como parte deste estudo, um dos caminhos percorridos foi identificar as particularidades dos cursos, considerando que eles foram criados em contextos diferentes, apresentando estruturas, corpo docente e trajetórias sociais distintas.

A presença de cursos com programas de pós-graduação já consolidados e com certa tradição no âmbito da pesquisa e da extensão contrasta com aqueles que foram criados há pouco menos de uma década, com a formação de quadros que ainda estão por se estruturar.

Essas diferenciações decorrem, em grande parte, da própria constituição histórica das universidades às quais os cursos de Serviço Social estão vinculados. Assim, buscou-se também conhecer um pouco a respeito da constituição histórica dessas instituições. A proposta, aqui, não foi aprofundar o contexto sócio-histórico de cada universidade, mas trazer um panorama geral como subsídio para leitura e reconhecimento das características particulares dos cursos.

Entende-se que a aproximação de alguns aspectos que particularizam a ambiência dos cursos é importante, porque trazem informações que servem de base para investigar outros assuntos relacionados à temática em questão. Também ajudam a reconhecer os desafios que atravancam a formação graduada em Serviço Social no estado do Paraná e que impactam na qualidade do ensino, na precarização das condições de trabalho e no acesso à educação nas unidades públicas.

Embora tais desafios não estejam desconectados das questões macrosociais, a aproximação aos aspectos sociais e históricos, presentes na constituição das universidades e dos cursos de Serviço Social, possibilita entender como estes desafios se particularizam na dinâmica dos

¹ O universo da pesquisa abrangeu os oito cursos públicos de Serviço Social ofertados pelas seis Universidades Estaduais do Paraná: Universidade Estadual de Londrina – UEL; Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG; Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus Toledo e Campus Francisco Beltrão; Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR/Campus Apucarana e Campus Paranavaí; Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO; e Universidade Estadual de Maringá – UEM.

cursos, nas reflexões acerca de seus projetos políticos pedagógicos, visto que estes se materializam nas condições objetivas e concretas dos cursos.

Assim, o propósito não é “falar mais do mesmo”, ou retomar uma história já conhecida que pouco contribui com os debates atuais, mas sim recuperar alguns elementos que auxiliam a compreender alguns dos desafios atuais que se impõem no processo de formação acadêmico-profissional. Para isso, o texto foi organizado em duas seções, além da introdução, considerações finais e referências. Na primeira, apresentamos um panorama das universidades estaduais, destacando alguns aspectos históricos de sua constituição, que possibilita entender a composição atual de suas estruturas. Na segunda seção, apresentamos algumas particularidades dos cursos de graduação em Serviço Social, evidenciando os vínculos de trabalho na composição do quadro docente e mostrando indicadores das implicações da desregulamentação do trabalho.

As Universidades Estaduais no Paraná: aproximação de suas trajetórias

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior de 2019, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, o ensino superior público, no estado do Paraná, oferece um total de 40.014 vagas e é composto, atualmente, por 14 instituições, sendo quatro de natureza federal, três públicas municipais e sete pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino Superior do Paraná, composto pelas seguintes universidades: UEL, UEPG, UEM, UNICENTRO, UNIOESTE, UENP e UNESPAR.

São universidades que apresentam configurações heterogêneas que envolvem o tempo de criação, estrutura física e área de abrangência, prestação de serviços, quantitativo de servidores, volume de investimento em pesquisa, organização coletiva e forças sociais atuantes, entre outros aspectos.

Um elemento importante que marcou a emergência do ensino superior no estado foi a construção de uma estrutura regionalizada decorrente de uma proposta de interiorização presente entre as décadas de 1950 a 1970; assim, antes de se tornarem universidades, o ensino superior era ofertado em faculdades estaduais isoladas que se encontravam espalhadas em várias regiões do estado.

Foi no final dos anos de 1960 e início de 1970, com a aprovação da Lei nº. 6.034/69, que as primeiras universidades do estado foram institucionalizadas: a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em 1969, e a Universidade Estadual de Londrina (UEL), em 1970. Todas elas instituídas como fundação de direito público e com a cobrança de anuidades, a qual foi revogada na década de 1980, a partir de manifestações sociais que reivindicavam a gratuidade do ensino nas universidades (Bernardo, 2020).

As demais faculdades foram incorporadas às universidades já em um processo tardio, praticamente na década de 1990. A UNESPAR foi a última universidade a ser criada, com a junção das sete últimas faculdades isoladas ainda existentes em 2013, ou seja, a formação de novas universidades, nesse período, foi acompanhada da permanência de faculdades isoladas.

Cabe destacar que, neste estudo, o ano de criação das universidades foi obtido com base nas informações disponibilizadas nos Planos de Desenvolvimento Institucional das respectivas instituições: Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE) criada em 1987, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), em 1990, Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), em 2006, e Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), em 2001, mas com reconhecimento ocorrido apenas em 2013.

Para termos uma ideia, Bernardo (2020) aponta a existência de 33 faculdades que foram abarcadas nesse processo de constituição das universidades. Segundo a autora, desde a década de 1990, as estaduais adquiriram contornos de instituição pública e passaram a ser reconhecidas juridicamente como autarquias, vinculadas à administração pública indireta, com estrutura administrativa e quadro de servidores próprios. O mapa 1, a seguir, fornece melhor visualização das universidades e respectivas extensões na região do estado.

As universidades estaduais com seus cursos e programas de pós-graduação e desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão têm tido papel ativo no desenvolvimento social, econômico, científico, cultural e artístico das regiões do Paraná, estendendo também suas pesquisas, projetos e produções científicas para outras regiões brasileiras.

Durante os anos de 1990 e 2000, muitas dessas instituições, mesmo em um contexto adverso, marcado por diferentes governos que atuaram na implementação de uma agenda neoliberal, abriram novos cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu* e ampliaram sua estrutura física, com a criação, inclusive, de novos *campi* regionais. Atualmente, são 33 *campi* distribuídos nas diferentes regiões.

O conjunto de aspectos que particularizam as universidades ressoa na captação de recursos de convênios, sobretudo no que diz respeito às agências de fomento à pesquisa. Estudos desenvolvidos por Caldarelli *et al.* (2017) a respeito da produção científica e geração de conhecimento nas estaduais paranaenses apontam a existência de assimetria regional tanto na oferta de vagas quanto na produção científica, com destaque aos indicadores da UEL, UEM e UNIOESTE. Entretanto, observam também a relativa assimetria entre as instituições, visto que as mais antigas têm absorvido maiores recursos e apresentado indicadores mais positivos relacionados à geração de conhecimento.

Ao apontarmos essas informações, salientamos a estreita correspondência entre o contexto e o tempo em que as instituições foram criadas, o amadurecimento acadêmico, a organização social e política interna, entre outros fatores. A tabela abaixo apresenta um panorama geral que permite identificarmos melhor a configuração atual das universidades.

Tabela 1 – Cursos presenciais (graduação e pós-graduação *stricto sensu*), grupos de pesquisa e número de docentes nas universidades estaduais do Paraná

CURSOS PRESENCIAIS OFERECIDOS NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ									
IES	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total de cursos presenciais	Grupos de Pesquisa	Docentes		
							Efetivos	Temporários	Total
UEL	54	170	49	25	298	471	1.229	469	1.698
UEM	60	30	48	26	164	380	1.124	492	1.616
UENP	24	8	4	1	37	78	220	163	383
UEPG	39	5	25	10	79	194	668	254	922
UNESPAR	68	12	4	-	84	72	610	364	974
UNICENTRO	41	12	16	5	74	175	552	318	870
UNIOESTE	64	24	35	13	136	214	991	114	1.105
TOTAL	350	261	181	80	872	1.506	5.394	2.174	7.568

Fonte: Dados extraídos da SETI e do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI das IES, elaborados em anos mais recentes (entre 2018 a 2023). As informações relacionadas ao quantitativo de docentes foram extraídas do portal da transparência no mês de abril de 2021.

Os dados mostram que as instituições mais jovens, como a UENP e a UNESPAR, principalmente no que se refere aos programas de pós-graduação e à constituição dos grupos de pesquisa, ainda estão por se consolidar. São instituições que se formaram *multicampi* e vêm se organizando internamente há pouco menos de duas décadas, avançando na política de pesquisa e extensão e qualificando seus quadros docentes, processo já adiantado e consolidado em outras instituições.

Em relação ao quadro docente, observamos que a UENP, UNESPAR e UNICENTRO apresentam um quantitativo de docentes com vínculo temporário de trabalho que chega a representar quase a metade do total de docentes. Esse é um dado que influi de forma expressiva no tripé da universidade, na consolidação dos grupos de pesquisa e nos programas de pós-graduação, tendo em vista que são atividades permanentes que dependem, entre outras questões, de condições objetivas de trabalho docente para que possam ser implementadas.

É importante evidenciarmos essas particularidades sem perdermos de vista o contexto mais amplo no qual as universidades estaduais estão inseridas. Transcorridos mais de meio século desde a criação das três primeiras universidades, várias iniciativas foram propostas pelos governos do Paraná com o intuito de enfraquecer o caráter público do ensino, abrindo vias privatistas com o incentivo cada vez mais declarado ao autofinanciamento.

Resgatando alguns elementos históricos desse período, podemos verificar que, desde o governo de Jaime Lerner (1995-2002), passando pelos governos Requião de Mello e Silva (2003-2010), Carlos Aberto Richa (2011-2018) e o atual governo de Carlos Massa Ratinho Júnior (2019-2022), as propostas de esgarçamento dos investimentos públicos destinados ao ensino superior têm sido uma constante, assim como também o são os movimentos de oposição e de resistência organizados por parte da comunidade acadêmica, do movimento estudantil e da representação sindical que não têm deixado de se posicionar diante dos ataques do governo.

Nessa direção, observamos que as medidas e estratégias de governo do Paraná, no âmbito do ensino superior público, não destoam do contexto macroeconômico de ajustes fiscais. Em relação aos três últimos governos – Carlos Alberto Richa (2011-2018) e Carlos Massa Ratinho Junior (2018-2022) – tem se mantido, nas universidades estaduais, a política de cortes nos orçamentos; ausência de concursos públicos e redução do quadro de estatutários; ampliação de contratos temporários de docentes e convênios para inserção de estagiários em funções que, muitas vezes, deveriam ser ocupadas por agentes universitários; descumprimento de direitos trabalhistas com a falta de reposição salarial dos servidores estaduais; e congelamento de progressões e promoções, avançando na corrosão do tripé das sete universidades do Estado.

Tendo como base os aspectos heterogêneos presentes na constituição das universidades estaduais, base referencial, mas não determinante na criação dos cursos de Serviço Social, queremos apontar que a apreensão particularizada a respeito de qualquer aspecto relacionado aos cursos de graduação em Serviço Social não pode deixar de considerar as determinações regionais e a multiplicidade de fatores que fazem parte da constituição sócio-histórica das universidades. Elas influem em vários aspectos para entender as configurações atuais dos cursos: seu corpo docente, seus projetos de ensino, pesquisa, extensão e seus programas de pós-graduação.

Os cursos de Serviço Social das estaduais paranaenses

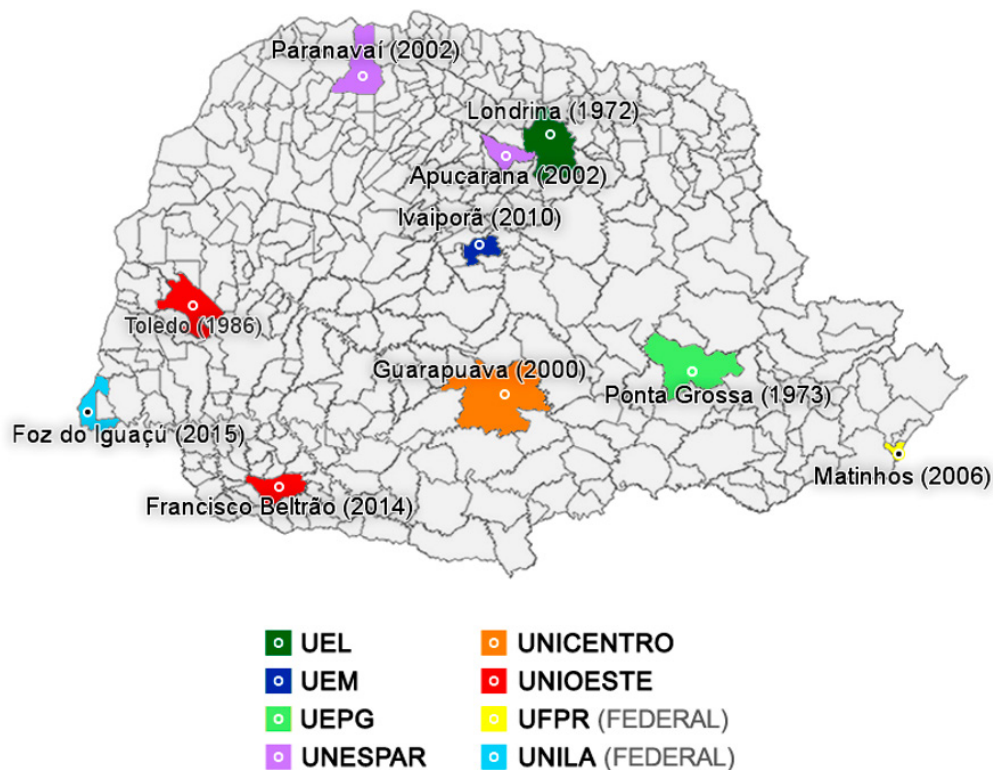
Com base nas referências pesquisadas, observamos que a construção de um movimento de consolidação dos cursos de Serviço Social não ocorreu e não vem ocorrendo sem as históricas

injunções políticas e econômicas que atravessam a política de ensino superior em âmbitos nacional e estadual.

Os cursos foram implantados considerando as necessidades e peculiaridades locais e regionais. Os mais antigos – UEL (1972); UEPG (1973) e UNIOESTE (1986) – acompanharam o período de criação das universidades; já os demais – UNICENTRO, UNESPAR/Campus Apucarana e Campus Paranavaí, UEM/Campus Ivaiporã e UNIOESTE/Campus Francisco Beltrão – foram implantados ao longo dos anos 2000, sendo este último o curso mais recente, criado em 2014.

Além dos oito cursos públicos estaduais, o Paraná conta com mais dois cursos ofertados em universidades federais: Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). O mapa a seguir possibilita melhor visualização das IES públicas e o ano de criação.

Mapa 1 – Localização e ano de criação dos cursos de Serviço Social ofertados em universidades públicas estaduais e federais do Paraná



Fonte: Elaborado pela autora (2020), com base em pesquisa documental.

Segundo os dados do e-MEC (2022), os cursos públicos de Serviço Social no estado somam um total de 469 vagas anuais, distribuídas entre as dez instituições de ensino. Em relação aos demais estados brasileiros, o Paraná permanece com o maior número de IES públicas estaduais que ofertam cursos de Serviço Social. Dessas instituições, observamos que quatro são filiadas à ABEPSS: UNICENTRO, UEPG, UEL e UNIOESTE/Campus de Toledo.

O fato de haver instituições não filiadas não significa dizermos que os cursos não sejam acompanhados. Um dos desafios permanentes da ABEPSS tem sido justamente a vigilância na implantação das Diretrizes Curriculares, em um processo de formação continuada, envolvendo os docentes, discentes, supervisores de campo e acadêmicos. Isso tem ocorrido por meio de oficinas,

encontros, entre outros eventos, entretanto ressaltamos a importância da filiação das instituições de ensino para o estreitamento das articulações e o fortalecimento do projeto de formação.

Cabe salientar que os cursos mais antigos, acompanhando os avanços das instituições nas quais estão inseridos, contam hoje com programas de pós-graduação *stricto sensu*, fruto de uma trajetória construída coletivamente, em grande parte vinculada ao fortalecimento da pesquisa e da extensão, como é o caso dos cursos da UEL, UEPG e UNIOESTE.

São cursos que passaram por mudanças curriculares e vivenciaram, de forma ativa, nos diferentes momentos históricos – de continuidade e ruptura –, a proposta de formulação de novos projetos de formação profissional nas décadas de 1980 e 1990, conectada ao conjunto de questões que pululavam na conjuntura brasileira.

Conforme o ano de implantação dos cursos, a UEL e a UEPG tiveram seus primeiros currículos alterados com base na nova proposta de currículo mínimo de 1982; já o curso de Serviço Social da UNIOESTE, com as atividades acadêmicas e curriculares iniciadas em fevereiro de 1998, teve seu primeiro currículo elaborado já a partir dessa nova proposta.

Publicações que retratam a memória histórica de constituição desses três cursos evidenciam aspectos particulares relacionados à composição de seus quadros e à organização de suas atividades acadêmicas, mas, também, apontam a existência de um movimento comum de participação, com maior ou menor ênfase, nos debates nacionais e regionais sobre a formação profissional.

Essa participação contribuiu para subsidiar as reformulações no âmbito do ensino no sentido de que as proposições pedagógicas dos cursos estivessem referenciadas nas deliberações da ABEPSS. Como exemplo, a UEL, em 1993, sediou a XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social e acompanhou os encaminhamentos da revisão do currículo mínimo, tendo na época a participação de alguns de seus docentes na representação da ABEPSS.

Nesse período, em meados dos anos de 1980 e 1990, muitos docentes que hoje constituem a vanguarda dos cursos – muitos deles já aposentados – estavam em processo de capacitação, fazendo cursos de mestrado e doutorado ofertados em universidades localizadas, sobretudo, em São Paulo e Rio de Janeiro, espaços nos quais fervilhava a discussão a respeito da revisão curricular de 1982. Esses docentes tiveram a possibilidade de trazer para suas instituições os temas mais emergentes e os debates mais refinados para pensarem a revisão de seus projetos pedagógicos e proporem novas estratégias de ação no âmbito do ensino.

As experiências de participação nas entidades representativas da categoria e a aproximação aos debates que vinham ocorrendo no período contribuíram para que esses cursos pudessem consolidar certo acúmulo teórico-político, dando suporte, inclusive, para a implementação de projetos de pesquisa e extensão com orientações e assessorias técnicas no âmbito das diversas políticas sociais que estavam sendo alavancadas na década de 1990 com a implantação das políticas de seguridade social.

Para citarmos um exemplo, o curso de Serviço Social da UEL, desde esse período, vem subsidiando e assessorando os municípios que compõem a Associação dos Municípios do Médio Paranapanema – AMEPAR –, dando suporte aos órgãos gestores na implementação de políticas sociais, na qualificação e na capacitação de seus quadros.

Os avanços em relação aos cursos da UEL, UEPG e UNIOESTE podem ser observados ao longo dos anos de 1990 e início de 2000, momento no qual já havia certa caminhada no processo de formação e inserção social, com avanços na ampliação e qualificação do corpo docente, amadurecimento teórico no desenvolvimento da pesquisa – alguns em processos mais adiantados

e outros menos – e necessidade de capacitação continuada de profissionais, inclusive de outras áreas do conhecimento.

A esses aspectos soma-se também o impulso que as estaduais paranaenses tiveram com a implantação do Tempo Integral de Dedicção Exclusiva – TIDE – na carreira do magistério público do ensino superior, ou seja, a Lei nº. 11.713/1997, que regula a carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, que estabeleceu um acréscimo na renumeração (55% sobre o vencimento base) para os docentes em regime de 40 horas se dedicarem às atividades de pesquisa e extensão, não podendo exercer outras atividades remuneradas ou manter vínculo empregatício no setor público ou privado.

Em 2018, o TIDE foi reconhecido como regime de trabalho, sancionado pela Lei nº. 362/2018 (Paraná, 1997). Isso possibilitou que muitos docentes pudessem ampliar e dar maior densidade às atividades de pesquisa e extensão, avançando na produção de conhecimento e na ampliação e consolidação dos grupos de pesquisa.

Essa trajetória, construída não sem desafios, possibilitou que os cursos implantassem seus programas de pós-graduação *stricto sensu* no final dos anos de 1990 e início de 2000.

A UEPG teve o curso de mestrado implantado no ano de 2000 e de doutorado em 2013, ambos de natureza interdisciplinar, vinculados ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas, com área de concentração sobre cidadania e políticas públicas. A UEL iniciou o Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social em 2001, e em 2011 implantou o curso de doutorado com área de concentração voltada à política social. A UNIOESTE implantou o Programa de Mestrado em 2013, com área de concentração em Serviço Social, Política Social e Trabalho Profissional.

Atualmente, são três cursos de mestrado e um de doutorado, todos de natureza acadêmica, sendo o de doutorado ofertado pela UEL, o único em Serviço Social do estado do Paraná. Como expressão desse trabalho, os cursos mantêm espaços de publicação em revistas científicas a eles vinculados e de outras instituições, além da organização de eventos científicos de referências nacional e internacional, alguns deles em parcerias com outras áreas de conhecimento.

Em relação aos cursos implantados a partir dos anos 2000 – UNICENTRO, UNESPAR – com seus dois *campi* – UEM e UNIOESTE/Campus Francisco Beltrão – observamos que eles tiveram seus projetos pedagógicos formulados já com base nas Diretrizes Curriculares de 1996, tendo à frente de suas ações o respaldo de um projeto de formação profissional já amadurecido e adensado teoricamente pela categoria, com possibilidades de pensar, a partir de suas particularidades regionais, aspectos essenciais à formação, como o currículo, a política de estágio, a capacitação docente e a política de pesquisa e extensão.

São cursos que vêm trilhando caminhos na pesquisa, em um processo de amadurecimento necessário para avançar na consolidação de grupos de pesquisa e nas propostas de constituição de programas de pós-graduação.

Cabe destacar que as experiências acadêmicas consolidadas pelos primeiros cursos de Serviço Social implantados nas estaduais contribuíram para o processo de constituição dos cursos mais novos, por meio de assessorias na construção e revisão dos projetos pedagógicos e/ou na qualificação dos quadros docentes, processo que permanece até hoje mediante as interlocuções estabelecidas entre os cursos e a inserção nos programas de mestrado e doutorado na área ofertados pelas IES do PR.

Outro ponto a ser observado é que os cursos mais jovens foram criados em um contexto de maior alargamento e intensificação das reformas neoliberais. As iniciativas do governo do Paraná, no período em questão, sobretudo na gestão de Requião (2003-2010), foram as de ampliar as estruturas físicas das universidades, implantar novos cursos de graduação, mantendo baixos investimentos na contratação de servidores e incentivando o fechamento de cursos que não fossem bem avaliados.

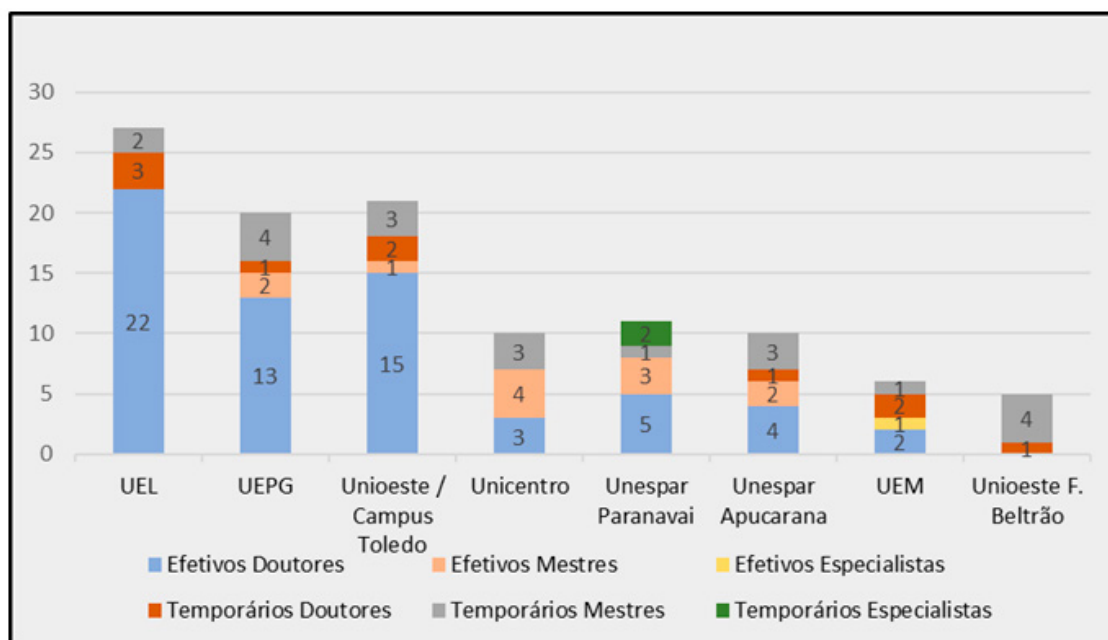
No contato com os coordenadores para levantamento do quadro docente, verificamos que todos têm a titulação de mestre. Em relação aos cursos mais novos, muitos estão em processo de qualificação, com cursos de doutorado em andamento, havendo também quadros incompletos, constituídos unicamente por docentes em regime temporário de trabalho, condição que tem prevalecido nas relações de trabalho docente.

Em que pesem as particularidades observadas nesse contexto, os cursos vêm desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão, organizando seminários e eventos regionais que contribuem para fomentar o debate de temas pertinentes ao exercício profissional, com aproximação às demandas da região, além de se constituírem em espaços de formação continuada.

Articulada às atividades acadêmicas, cabe destacarmos a inserção social de muitos desses docentes na implementação de políticas sociais em nível regional, com a participação em conselhos de direitos, observatórios de fiscalização e controle das políticas de atendimento à violência contra mulher, grupos indígenas, movimentos sociais, entre outras instâncias de representação que têm por finalidades fomentar e promover a defesa dos direitos sociais na interlocução com a sociedade civil.

O gráfico a seguir apresenta a composição do quadro docente em vigência nos cursos, considerando a titulação e o regime de contratação. Optamos por expor os dados em dois gráficos para melhor visualização das informações, entendendo que os docentes estão vinculados a uma lógica curricular articulada em diferentes áreas de conhecimento.

Gráfico 1 – Composição do quadro de docentes – assistentes sociais



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Com base nos dados acima, observamos que predomina a presença de docentes com doutorado e com vínculos efetivos, que representam um total de 64,2%. Os cursos da UEL, UNIOESTE e UEPG concentram o maior número de docentes, se comparados com os demais. Esse quadro, embora tenha vinculações com a própria trajetória dos cursos na ampliação de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, é determinado por uma conjuntura econômica e política que, ainda nos anos de 1990 e meados de 2000, em que pesem as iniciativas de um projeto de reforma neoliberal para o ensino superior, possibilitou a abertura de contratações via concurso público.

Nas duas últimas décadas, com as tendências de reformas liberais mais destrutivas impostas no cenário nacional, esse quadro tem apresentado novos desenhos que apontam o agravamento nas formas de contratação da força de trabalho. Em consonância com essas tendências, o Paraná, na gestão dos últimos governos, tem mantido, no ensino superior público estadual, a política de extinção de cargos, menos concursos públicos e mais contratações de temporários.

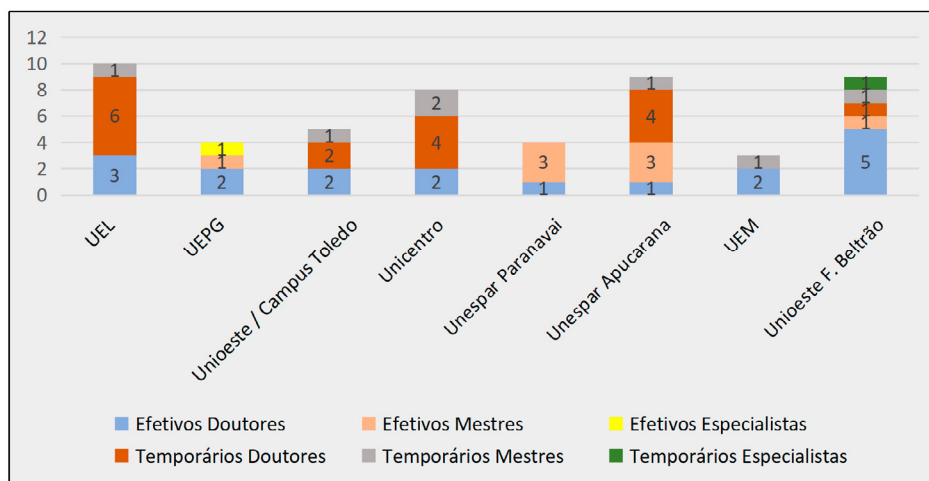
Esse quadro ganha reforço com a Lei Geral das Universidades- LGU, Lei nº 20933, aprovada em dezembro de 2021, em um contexto agravante de pandemia e de impossibilidade de articulação e mobilização docente para barrar sua aprovação.

Arquitetada e defendida pelo atual Superintendente da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, prof. Aldo Bona, a LGU dispõe sobre os parâmetros de financiamento das Universidades Públicas Estaduais do Paraná e define critérios de eficiência da gestão universitária. Desde a sua apresentação, ainda em projeto de lei, os docentes, estudantes, agentes universitários e entidades sindicais vêm organizando uma frente de luta para denunciar os ataques frontais que ela representa sobre as universidades.

O objetivo principal da Lei Geral das Universidades é o congelamento ou diminuição dos gastos com o ensino superior, indo ao encontro das tendências de desvalorização e a precarização do serviço público. Nesse sentido, o objetivo da LGU é claro: diminuir e enxugar o quadro e os salários dos docentes e agentes universitários. Para fazê-lo, é necessário atacar a natureza das atividades e de suas expectativas enquanto trabalhadores (SINDIPROL/ADUEL, 2019, p.8).

Trata-se de um projeto de governo que fere as universidades em todos os seus aspectos: autonomia, gestão, financiamento, etc., com o propósito de avançar na descaracterização do caráter público das universidades, empurrando-as para uma lógica cujas estratégias de manutenção têm se voltado para a cobrança de taxas, parcerias com setor privado, entre outras iniciativas adotadas pelas universidades. O emprego de fórmulas matemáticas para aferir o número de “alunos equivalentes”, “trabalhadores terceirizados equivalentes” e a relação “professor/vaga” nos dá uma dimensão da ofensividade desta lei que já está sendo implantada nas universidades.

No gráfico, a seguir, constatamos que a presença de docentes com contratos temporários abrange todos os cursos, entretanto, nos cursos mais novos, isso influi de maneira diferenciada, considerando que representa quase a metade do quadro de docentes. Tal questão reverbera diretamente no acompanhamento dos PPPCs, no desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão e, não somente isso, age na própria dinâmica desses projetos para se pensar os princípios da formação.

Gráfico 2 – Composição do quadro de docentes de áreas afins

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Observamos que, em relação aos docentes vinculados a outras áreas de conhecimento, há um número expressivo de docentes doutores com vínculos temporários de trabalho e um quantitativo diferenciado entre os cursos e em relação aos docentes assistentes sociais. O curso de Serviço Social da UNIOESTE/Campus Francisco Beltrão², por exemplo, em decorrência da própria forma como o curso foi implantado, conta atualmente com um quantitativo maior de docentes de outras áreas.

Esse é um dado que merece destaque, pois à medida que não se pode contar com os vínculos efetivos de trabalho, as dificuldades de se encaminhar as atividades pedagógicas e de se propor estratégias de articulação dos conteúdos se impõem.

Na particularidade dos cursos, verifica-se que os desafios são ainda mais preocupantes. Um corpo docente com muitos professores temporários implica em uma quantidade menor na realização de atividades de pesquisa e extensão. Os projetos que poderiam ser ofertados por todos os docentes, dando possibilidades aos estudantes de terem maior opção de linhas de pesquisa, espaços para sistematizarem e produzirem conhecimentos, fazerem a conexão entre os fundamentos e as diferentes situações postas na realidade, acabam ficando limitados aos poucos docentes efetivos que se dedicam a essa tarefa.

Na condição de temporário, geralmente, o docente acumula outras atividades em outros espaços sócio-ocupacionais para complementação de seus rendimentos, não dispondo de tempo para participar de atividades fora de sua carga horária. Mesmo para aqueles que são contratados para cumprimento de 40 horas, a insegurança de não terem os contratos renovados interfere no vínculo com a universidade e com as possibilidades de pensarem em atividades em médio e longo prazo.

² A proposta de criação do curso de Serviço Social foi elaborada em 2003, entretanto somente em 2014 foi aprovada a autorização de implantação, mediante o Decreto nº. 11.293/2014. Em 2013, um fato que contribuiu para a retomada da proposta inicial foi a preocupação com a baixa demanda pelo curso de Economia Doméstica que apresentava um reduzido número de alunos matriculados. Diante disso, foi proposta a substituição desse curso por dois novos: Nutrição e Serviço Social. Na escolha dos novos cursos, foram considerados o interesse da comunidade local e regional e a possibilidade de aproveitamento integral do corpo docente do curso de Economia Doméstica, assim, muitos docentes que hoje atuam no curso de Serviço Social, ministrando disciplinas mais vinculadas ao núcleo de fundamentos da vida social e da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, são docentes que anteriormente faziam parte desse curso que foi extinto em 2013.

Contratos de 20 horas têm impacto maior na ausência desses docentes nas atividades do curso, por exemplo, na participação das reuniões pedagógicas, acompanhamento dos campos de estágio, participação nos fóruns e atividades conjuntas com supervisores de campo, entre outras. Tais atividades acabam sendo absorvidas pelos docentes efetivos, o que geralmente implica em ampliação da carga horária para ensino em detrimento das demais atividades, e por aqueles que têm contratos de 40 horas.

Outra situação presente nos contratos temporários refere-se ao fato de que, entre os anos de 2005 e 2016, os docentes tinham a possibilidade de ter sua carga horária composta com atividades de pesquisa e extensão, solicitando o TIDE como regime de trabalho. A partir de 2016, essa autorização foi suspensa e segue mantida até hoje com a impossibilidade de esses docentes terem os salários equiparados aos efetivos e desenvolverem projetos de pesquisa e extensão.

Nesse sentido, a pesquisa revelou que alguns docentes temporários têm participado de forma voluntária nos projetos de pesquisa e extensão como forma de acumular experiência na carreira docente e ter oportunidade de publicações, entretanto tal participação não é computada na carga horária, sendo uma forma de precarização. Para manterem o vínculo, e pensando em futuros processos seletivos, muitas vezes acabam assumindo tarefas adicionais sem disporem do direito à remuneração.

Trata-se, assim, de um duplo processo de precarização que se expressa tanto no vínculo de trabalho, quanto na ausência de condições que restringem a prática docente às atividades de ensino, deixando claras as estratégias do governo no empobrecimento das universidades, no aligeiramento da pesquisa e na oferta de cursos de graduação simplificados.

Isso tem interferência expressiva na formação profissional, porque implica em se colocar em movimento o tripé da universidade, princípio que é defendido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. E, aqui, cabe uma pergunta: que possibilidades os estudantes estão tendo de desenvolver experiências voltadas à investigação da realidade? Esse ensino não pode ser reduzido exclusivamente ao espaço do estágio supervisionado.

Com isso, não queremos, em hipótese alguma, desqualificar o processo de formação, questionar a competência dos docentes e penalizar os cursos de Serviço Social pelo descompromisso do governo, muito pelo contrário, o esforço dos docentes em possibilitar uma formação qualificada, atenta à construção de estratégias na busca da qualidade na formação e no enfrentamento dessa precarização tem ocorrido a partir das condições adversas estabelecidas para as universidades, as quais frequentemente têm implicado em acúmulo de tarefas e ampliação da jornada de trabalho. E, aqui, cabe uma reflexão:

Para um mundo do trabalho absolutamente precarizado, maquínico e tecnológico, de invisibilização da força de trabalho, será mesmo necessário investimento em educação de qualidade, pautada no ensino-pesquisa-extensão e articulada com o trabalho em seu sentido ontológico? Ou basta apenas uma educação superior aligeirada, a distância, esvaziada de conteúdos complexos, simplificada para o processo de fortalecimento da ideologização dos sujeitos, negando-lhes a possibilidade de elevação de sua consciência social, de sua identificação no mundo como sujeitos sociais de direito? (Pinto, Rodrigues, Farage, 2023, p. 163).

Analisando os desafios postos pela conjuntura, especialmente pelas mudanças que o atual governo do estado do Paraná, na figura de Carlos Massa Ratinho Junior (2019-2022/2022-2025), tem implementado no âmbito das universidades estaduais, principalmente a partir da LGU, não

podemos deixar de considerar os tensionamentos de um projeto de educação pautado na lógica do capital, que trabalha pela via do imediato, da fragmentação e que, ao conceber a universidade como campo preparatório de habilidades demandadas estritamente para o mercado, obstaculiza e estanca as possibilidades de uma formação intelectual, consolidada no exercício investigativo da realidade que se expressa nas dimensões constitutivas da profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos debruçarmos sobre as particularidades sócio-históricas das universidades estaduais paranaenses, em especial dos cursos de Serviço Social, deparamo-nos infelizmente com uma realidade que reflete o processo de mercadorização e mercantilização da educação³. Todavia, reiteramos as palavras de Mészáros (2005, p.9): “a educação não é um negócio, é criação” e “educação não deve qualificar para o mercado, mas para a vida”.

Nesse sentido, a educação acadêmica nas universidades públicas deve primar por sua autonomia de cátedra e sua existência objetiva, haja vista que são o espaço *sine qua non*, não somente da formação altamente qualificada de profissionais para a vida, mas também da produção do conhecimento crítico-científico.

Partir desse pressuposto nos leva a duas considerações centrais. A primeira diz respeito ao significado social do conhecimento. Parafraseando Sader (2005, p. 15), entendemos que o conhecimento é uma alavanca essencial para a mudança, ou seja, o conhecimento deve por princípio ser comprometido com a extração de categorias da realidade nela mesma, em seu movimento, suas contradições, sua estrutura e determinações que se apresentam de maneira imediata, fenomênica no cotidiano.

Outra consideração se refere à tendência da atual conjuntura, com base na lógica do capital. Ela tende a engessar a produção do conhecimento, especialmente aquela proveniente dos estudos e pesquisas vinculados ao espaço acadêmico-científico no Brasil, preconizada a partir de critérios que engessam e tendem a retirar a autonomia intelectual dos(as) pesquisadores(as) à luz dos interesses do capital, coisificando o conhecimento enquanto fetiche-conhecimento-mercadoria⁴.

Essas considerações instigaram as reflexões, neste artigo, sobre como pensar, nessa conjuntura, o significado da formação profissional no Serviço Social na atual conjuntura das universidades públicas estaduais no Paraná.

Revisitar alguns dos aspectos relacionados à constituição histórica das universidades estaduais do Paraná e, nesse contexto, reconhecer algumas das características que particularizam os cursos de graduação em Serviço Social propicia uma reflexão e um olhar diferenciado a respeito de sua constituição. Permite entender, a partir da apreensão da totalidade, que as universidades e os cursos não são ilhas isoladas, foram criados em contextos diferentes, apresentando estruturas, corpo docente e trajetórias distintas. As configurações atuais estão relacionadas aos diferentes processos sociais que fizeram e fazem parte de sua constituição.

³Sobre mercadorização e mercantilização do ensino superior, ver também o relatório do Banco Mundial (2017) intitulado “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade dos gastos públicos no Brasil”, que desconsidera as particularidades e o significado do ensino público superior de qualidade e torna-se balizador do aprofundamento do desmonte das universidades públicas brasileiras.

⁴Sobre produção de artigos enquanto fetiche-conhecimento-mercadoria, ler Trein e RodriguesS, 2010.

No âmbito dos cursos analisados, os aspectos que demarcam suas trajetórias nos dão uma dimensão da importância em nível local e regional. Todavia, observa-se que não diferente das determinações sociais mais amplas, os desafios postos aos cursos de Serviço Social das estaduais do Paraná têm se acentuado nos últimos anos.

A ausência de concurso público e o aumento de contratos temporários, previstos nos parâmetros de financiamento da LGU, têm provocado lentamente um encolhimento das potencialidades das universidades. Especialmente no que se refere à composição do quadro docente e vínculos de trabalho, os dados apontados pela pesquisa revelam que as condições precarizadas de trabalho têm impactado os cursos de forma distinta.

Cursos mais jovens, que apresentam um corpo docente menor, fazem com que, proporcionalmente, os contratos temporários acabem interferindo de forma mais expressiva no acompanhamento pedagógico e na articulação das atividades entre os docentes, atravancando, em grande parte, as condições básicas para se conduzir o processo formativo.

Sabendo que a formação profissional depende de condições objetivas concretas, os desafios e tendências impostos à formação profissional são prementes e demonstram o relevante papel de resistência e direção das universidades e dos cursos em face ao atual contexto.

Evidentemente que, diante dessa conjuntura de desmonte das universidades, as estratégias de resistências no campo da formação profissional e da produção do conhecimento livre e autônomo, contra as imposições de regras e dispositivos de controle mercantilistas, devem ser traçadas e materializadas coletivamente.

Nesse sentido, acredita-se que seja um possível histórico criar caminhos para a concretização de ações refratárias às condições objetivas que se contraponham aos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, K. A da S. **Flexibilização contratual no setor público: condições e relações de trabalho dos professores temporários nas universidades estaduais do Paraná**. 2020. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

CALDARELLI, C. E. *et al.* Análise de indicadores de produção científica e geração de conhecimento nas universidades estaduais paranaenses. In: RAIHER, A. P. (org.). **As universidades estaduais e o desenvolvimento regional do Paraná**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017. p.21-48.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDO E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019**. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em 22 de setembro de 2021.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PARANÁ. **Lei nº. 362, de 14 de agosto de 2018**. Altera e inclui dispositivo na Lei nº 11.713, de 7 de maio de 1997, que dispõe sobre a criação da carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná. Disponível em: http://portal.alep.pr.gov.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=79124&tipo=1. Acesso em 8 de novembro de 2021.

PINTO, M.B; RODRIGUES, S. L; FARAGE, E, J. Movimento sindical da educação superior pública e as transformações no mundo do trabalho. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 23, n. 45, p. 151-168, jan./jun. 2023.

SADER, E. Prefácio. In MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO ESTADUAL DE LONDRINA E REGIÃO. **Relatório final do seminário sobre a Minuta de Lei Geral das Universidades**. Londrina, ago., 2019. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/wp-content/uploads/2019/08/relatorio-final-para-divulgacao.pdf>. Acesso em 6 de novembro de 2023.

TREIN, E.; RODRIGUES, J. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento - mercadoria. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 769-819, 2010.